

Banco Société Générale Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial para os semestres findos em
30 de junho de 2020 e de 2019**

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2020 atingiu o valor de R\$ 1,5 bilhão (R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2019) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 26,48% (41,32% em 31 de dezembro de 2019) – Índice alcançado de Basileia.

O banco apresentou um lucro de 55,7 milhões no primeiro semestre de 2020 (lucro de 123,8 milhões no primeiro semestre de 2019).

COVID 19

O Banco Société Générale Brasil S.A. avalia que esse semestre foi marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID 19, que atingiu a economia com impactos que ainda estão sendo mensurados. Em meados da segunda quinzena do mês de março, o banco iniciou seu plano de contingência e a totalidade de seus funcionários iniciaram o tele trabalho por conta da pandemia. O banco permaneceu até o fechamento do semestre com o trabalho remoto sem impactos nas atividades diárias e perfeita continuidade de seus negócios e atividades operacionais e regulatórias.

O banco não foi afetado financeiramente de forma significativa pelos impactos da COVID 19 até o momento. Houve uma leve deterioração nos ratings da carteira de crédito e consequente aumento da despesa de PDD no semestre devido à alteração do cenário macroeconômico que foi capturado pelos modelos de provisionamento por perda esperada do grupo. Esse resultado pode ser verificado na nota explicativa 13 de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o grupo atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade.

O Grupo SG Brasil, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promo o gratuita da educa o, capacita o profissional, esporte, saúde, preserva o do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social encontra-se no endereço eletrônico do sítio no Brasil : <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/> e <https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-social/>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolu o CMN n  4.567/17, o Grupo Société Générale designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constituído em cumprimento   Resolu o CMN n  4.433/15) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situa es com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utiliza o do canal de comunica o podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias: <http://societegeneralebrasil.com.br/site/contato-sg-corporate-investment-banking/>

A Administra o do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedica o.

São Paulo, 28 de setembro de 2020

Administradores

LUIS FIDEL EMILIANO SAINZ CARRILLO
VINCENT CHARDOT (responsável pela contabilidade)
AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD
EDUARDO YASUDA IRIE
ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

Contador

LEANDRO DOS SANTOS - CRC - SP 262040/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das muta es do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Société Générale Brasil S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas opera es e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposi es para elabora o de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolu o n  4.280, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regula es complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), para elabora o dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n  2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na se o a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em rela o ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios  ticos relevantes previstos no Código de  tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades  ticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

 nfase – Base de elabora o das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa n  2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administra o do Banco para cumprir os requisitos da Resolu o n  4.280, do Conselho Monetário Nacional e regula es complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não cont m ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Carteira de Câmbio

O Banco possui ativos e passivos relevantes relacionados a carteira de câmbio que, conforme mencionado na nota explicativa nº 12, compreendem posições de operações de câmbio. Consideramos a carteira de câmbio um assunto relevante de auditoria, devido a magnitude dos valores envolvidos, e pelo fato de ser uma das principais atividades do Banco com alto volume de operações no semestre.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização do entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como efetuamos testes de controles internos relacionados com: a originação das operações; a análise e aprovação de operações de câmbio considerando os níveis de alçadas estabelecidas; reconhecimento de receita e despesa, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de câmbio, de testes relativos à análise da documentação em conjunto com o recálculo das pontas ativas e passivas das operações na data base do procedimento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de câmbio e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

2. Instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores

O Banco possui em seu portfólio de investimentos, instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, conforme nota explicativa nº 7, os quais são precificados e registrados ao seu valor justo. A mensuração desses instrumentos financeiros derivativos a valor justo requer da administração a utilização de modelos de precificação e premissas subjetivas, como a utilização de inputs observáveis e não observáveis de informações tais como fluxo de caixa esperado, taxa livre de risco e spread de risco de crédito, dentre outros. Devido à natureza desses instrumentos financeiros, e considerando a complexidade e subjetividade em suas metodologias de precificação, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores para nos auxiliar e suportar a avaliação das metodologias de precificação e premissas consideradas pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

3. Obrigações por empréstimos no exterior com partes relacionadas

Conforme nota explicativa 19, em 30 de junho de 2020, o Banco possui obrigações por empréstimos no exterior com partes relacionadas. Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido a magnitude dos valores envolvidos, assim como pelo alto volume de operações e o Banco utilizar esses recursos para o financiamento de suas operações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a realização de testes de controles. Realizamos ainda a circularização das contrapartes, assim como através de uma amostra de obrigações por empréstimos no exterior com partes relacionadas, analisamos os contratos existentes, valorização e liquidações realizadas no semestre, bem como se as transações foram realizadas em condições de mercado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para as obrigações por empréstimos no exterior com partes relacionadas e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Société Générale Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstra es financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolu o n  4.720 do Conselho Monetário Nacional e a Circular n  3.959 do Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modifica es, em 04 de setembro de 2020.

Demonstra es do resultado abrangente (DRA)

As demonstra es do resultado abrangente (DRA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administra o do Banco, e apresentadas como informa o suplementar às disposi es para elabora o de demonstra es financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolu o n  4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamenta es complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco. Para a forma o de nossa opinião, avaliamos se essas demonstra es estão conciliadas com as demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Circular 3.959 do BACEN. Em nossa opinião, essas demonstra es do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Circular e são consistentes em rela o às demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

Outras informa es que acompanham as demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administra o do Banco   responsável por essas outras informa es que compreendem o Relatório da Administra o.

Nossa opinião sobre as demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administra o e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade   a de ler o Relatório da Administra o e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstra es financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distor o relevante no Relatório da Administra o, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de setembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC- 1SP249401/O-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTANDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.217.079	2.378.799
Disponibilidades		13.704	46.044
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	4.203.375	2.332.755
Instrumentos financeiros		19.206.414	14.538.176
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	204.175	743.302
Títulos e valores mobiliários carteira de negociação	7	187.767	86.963
Instrumentos financeiros derivativos	7	451.167	203.404
Relações interfinanceiras		1.524	1.374
Carteira de câmbio	12	15.890.843	11.937.629
Negociação e intermediação de valores	8.a	267	2.139
Operações de crédito - setor privado	9.a	1.058.216	408.203
Operações de crédito - setor privado - outros créditos	9.a	592.478	320.663
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado		348.647	381.865
Títulos e valores mobiliários carteira de disponíveis para venda	7	604.844	586.148
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de disponíveis para venda	7	(133.514)	(133.514)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10 e 11	(39.415)	(27.575)
Créditos tributários	13.a	57.507	13.102
Outros ativos		525.489	579.453
Rendas a receber		441	4.641
Despesas antecipadas		1.598	1.545
Diversos	13.a	523.450	573.267
Investimentos		19	19
Outros investimentos		19	19
Ativo imobilizado		4.725	5.211
Imobilizado de uso		16.036	15.782
Depreciações		(11.311)	(10.571)
Imobilizado de arrendamento		16.427	12.391
Bens arrendados		17.918	12.920
Depreciações		(1.491)	(529)
Ativos intangíveis	11	124	153
Total do ativo		23.988.369	17.499.729

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTANDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
Depósitos e demais instrumentos financeiros		21.956.215	15.489.411
Depósitos	17	67.506	83.629
Captações no mercado aberto	18	84.259	57.470
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	1.295.997	390.654
Obrigações por empréstimos e repasses	19	6.183.054	3.299.294
Carteira de câmbio	12	14.314.028	11.599.983
Relações interdependências		9.053	19.962
Negociação e intermediação de valores	8b	2.318	38.419
Provisões		384.628	477.967
Fiscais e previdenciárias	13.b	6.677	81.531
Diversas	13.c	377.733	396.386
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		218	50
Outros passivos		10.537	9.395
Resultado de exercícios futuros	20	10.537	9.395
Obrigações fiscais diferidas	13.b	132.696	76.410
Patrimônio líquido		1.504.293	1.446.546
Capital		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital	26	3.355	2.559
Reserva de lucros		227	227
Outros resultados abrangentes			
Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda	21.e	(10.899)	(8.337)
Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa	21.f	5.258	1.440
Prejuízos acumulados		(1.450.577)	(1.506.272)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		1.504.293	1.446.546
Total do passivo e patrimônio líquido		23.988.369	17.499.729

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

Em milhares de R\$, exceto lucro (prejuízo) por ação

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.732.494	267.029
Operações de crédito		33.501	45.254
Operações de arrendamento mercantil		30.830	32.889
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		159.584	316.497
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e.2	1.508.579	(127.611)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.620.416)	(38.482)
Operações de captações no mercado		(19.265)	(32.929)
Operações de empréstimos e repasses	19	(1.885.122)	104.024
Resultado de operações com câmbio		299.044	(117.660)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	11	(3.093)	264
Provisão/Reversão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	10	(2.196)	5.667
Provisão/Reversão para outros créditos de liquidação duvidosa	11	(9.784)	2.152
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		112.078	228.547
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(43.520)	(69.069)
Receitas de prestação de serviços		28.271	13.993
Rendas de tarifas bancárias		23	45
Despesas de pessoal		(50.345)	(74.155)
Outras despesas administrativas	24	(28.277)	(37.571)
Despesas tributárias		(12.196)	(15.841)
Outras receitas operacionais	25	38.084	63.018
Outras despesas operacionais	26	(19.080)	(18.558)
RESULTADO OPERACIONAL		68.558	159.478
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		42	6.533
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		68.600	166.011
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	(11.312)	(40.778)
Provisão para imposto de renda corrente		(547)	(26.930)
Provisão para contribuição social corrente		-	(14.972)
Imposto diferido		(10.765)	1.124
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO RESULTADO		(1.592)	(1.456)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		55.696	123.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2020	2019
	Nota		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		55.696	123.777
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		1.256	(14.813)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	21 (e)	(2.562)	(14.706)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(4.658)	(24.510)
Imposto de renda		2.096	9.804
Hedge de Fluxo de caixa	21 (f)	3.818	(107)
Hedge de Fluxo de caixa		6.942	(179)
Imposto de renda		(3.124)	72
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		796	80
Plano de Benefícios	28	796	80
Pagamento baseado em ações		796	80
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		57.748	109.044

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		2.956.929	2.294		(1.616.647)	1.352.050
Plano de pagamento baseado em ações	28					
- Controlador		-	70	-	-	70
- Controladas		-	10	-	-	10
Ajustes de avaliação patrimonial	21.e, 21.f	-	-	-	-	(14.812)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	123.777	123.777
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		2.956.929	2.374	-	(1.492.870)	1.461.095
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		2.956.929	2.559	227	(1.506.273)	1.446.545
Plano de pagamento baseado em ações	28					
- Controlador		-	796	-	-	796
Ajustes de avaliação patrimonial	21.e, 21.f	-	-	-	-	1.256
Lucro líquido do semestre		-	-	-	55.696	55.696
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		2.956.929	3.355	227	(1.450.577)	1.504.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	55.696	123.777
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	1.649.553	81.487
Depreciações e amortizações	1.731	739
Superveniência de depreciação	10.a 4.917	14.539
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	11 (89)	(266)
Provisão (reversão) para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	11 2.196	(5.667)
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos	10 9.784	(2.150)
Constituição de provisão adicional	3.182	-
Atualização de depósitos judiciais	15 (ii) (4.650)	(7.469)
Constituição de provisão para riscos	15 (ii) (19.267)	(42.798)
Atualização de riscos	15 (ii) 3.089	3.644
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	25 (721)	(947)
Impostos diferidos	22 10.765	(1.124)
Varição cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.	1.579.630	45.016
Juros de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.	(9.599)	2.172
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos	66.533	90.530
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	21.e, 21.f 1.256	(14.812)
Provisão para pagamento de plano de ações	28 796	80
Lucro líquido ajustado/(Prejuízo)	1.705.249	205.264
Varição de ativos e obrigações	(825.830)	2.144.567
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.375.684)	5.850.129
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(121.940)	1.138.795
Aumento em operações de arrendamento mercantil	28.300	129.881
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	(14.332)	4.584
(Aumento) redução em operações de crédito	(581.011)	165.039
(Aumento) redução em outros créditos	(2.065.691)	7.983.658
Redução em despesa antecipada	37	361
Aumento em outros valores e bens	-	(2.032)
Redução em depósitos	(16.123)	(168.911)
Aumento (redução) no mercado aberto	1.989.778	(5.323.591)
Aumento (redução) em outras obrigações	753.923	(7.511.798)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	593.486	(157.636)
Juros pagos/(recebidos) sobre operações	(17.715)	38.970
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	1.142	(2.882)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	879.419	2.349.831
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de investimentos	-	8
Aquisição de imobilizado de uso	(254)	(2.814)
Alienação de imobilizado de uso	-	8
Aquisição de imobilizado de arrendamento mercantil	(4.998)	(25.050)
Alienação de imobilizado de arrendamento	-	11.741
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento	(5.252)	(16.107)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	964.113	(7.150.470)
Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento	964.113	(7.150.470)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE	1.838.280	(4.816.746)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	2.378.799	8.293.819
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	5 4.217.079	3.477.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9  andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas opera es são conduzidas no contexto de um conjunto de institui es que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas opera es têm a co-participa o ou a intermedia o de institui es associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas institui es e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O Banco   controlado pelo Société Générale companhia existente de acordo com as leis da França.

O suporte das opera es do Banco   empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

2. APRESENTA O DAS DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstra es financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instru es do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Institui es do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstra es financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolida o emanados da legisla o societária brasileira e abrangem o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, cuja elabora o das demonstra es financeiras individuais   de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolida o geral elaborada pelo líder do Conglomerado. As demonstra es financeiras são elaboradas de forma consolidada do Conglomerado Prudencial.

As demonstra es contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolu o n  4.280 de 31 de outubro de 2013 CMN e Circular n  3.701 de 31 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (BACEN) que, estabelecem procedimentos para a elabora o, a divulga o e a remessa ao BACEN destas demonstra es.

A resolu o CMN n  4.720/2019 e a Circular Bacen n  3.959/2019 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elabora o e divulga o das Demonstra es Financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo: a apresenta o da Demonstra o do Resultado Abrangente. A norma prevê ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente   posi o patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elabora o das demonstra es financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12
- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
- l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Circular nº 3.959/2019.
- n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019
- o) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 28 de setembro de 2020.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As

operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº. 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Certos contratos de “swap” foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;

- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito, operações de arrendamento e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica "Outras obrigações".

f) Operações de Arrendamento Mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme seguem:

f.1) Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de arrendamento mercantil financeiro são registradas a valor presente, e as contas que compõem o saldo são descritas abaixo:

i. Arrendamento a receber

Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de “Rendas a apropriar de arrendamento mercantil”. As contraprestações de arrendamento são registradas como “Receitas da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil” pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável.

ii. Rendas a apropriar

As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

iii. Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de “Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil”.

iv. Valores residuais garantidos

Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica de “Valores residuais a balancear”.

v. Perdas de arrendamento a amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados.

vi. Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do diário é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de seu respectivo contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e das operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, como receita na rubrica de

“Operações de arrendamento mercantil” e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa na rubrica de “Operações de arrendamento mercantil”, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

f.2) Arrendamento Mercantil Operacional

i. Arrendamento Operacional a Receber

Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

ii. Rendas a apropriar

Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais.

iii. Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional

Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato.

g) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

h) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

i) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e
- Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

k) Depreciações

- Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%; e

-

l) Intangível

No Consolidado, inclui gastos com softwares ao custo de aquisição ou formação, cuja amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares.

m) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

n) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

o) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

q) Imposto de renda e contribuição social

provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até fevereiro de 2020, considerando a alíquota de 15%. A partir do dia 1º de março de 2020 a alíquota da contribuição foi majorada para 20%, para os Bancos, conforme a Emenda Constitucional nº 103, publicada em 12 de novembro de 2019. Para as empresas de arrendamento mercantil alíquota da contribuição social prevalece em 15%.

r) Mensuração a valor de mercado

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no balanço patrimonial incluem principalmente valores mobiliários classificados como de ativos financeiros mantidos para negociação, inclusive derivativos; outros ativos financeiros designados ao valor justo e ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 – Baseado em dados observáveis de mercado, tais com preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Baseado em outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3 – Baseado em técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis) para os quais, são seguidos basicamente os critérios e processos adotados pelo Grupo SG Brasil. Para derivativos de taxas de juros, o precificador pode usar os modelos: Ho&Lee, Hull&White, Hunt&Kennedy. Quanto aos derivativos de ações, os modelos disponíveis são: Black & Scholes, modelo de volatilidade local e de modelos de volatilidade estocástica. O preço das opções com barreiras são calculados utilizando-se taxas de juros determinísticas e modelo de volatilidade local (também conhecida como Dupire ou $\sigma(S, T)$) uma vez que os índices de ouro, cesta de ações e commodities se comportam como um ativo de ação. O modelo de Dupire tem como objetivo ajustar a matriz de volatilidade implícita do mercado para todas as opções vanilla negociadas.

	2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	(729.979)	114.851	(854.567)	12.343
Mantidos para negociação	(729.979)	114.851	(854.567)	12.343
Títulos e valores mobiliários	(729.979)	114.851	(854.567)	12.343
Carteira própria	114.851	114.851	-	-
LFT	11.216	11.216	-	-
LTN	32.031	32.031	-	-
NTN	71.604	71.604	-	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	(844.830)	-	(854.567)	12.343
Ativos financeiros disponíveis para venda	110.443	110.443	-	-
Títulos e valores mobiliários	110.443	110.443	-	-
LFT	110.443	110.443	-	-
Ativos dados em garantia	433.803	433.803	-	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação	72.916	72.916	-	-
LTN	49.738	49.738	-	-
NTN	23.178	23.178	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	360.887	360.887	-	-
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	34.764	34.764	-	-
LFT	32.247	32.247	-	-
LTN	293.876	293.876	-	-
Total	(185.733)	659.097	(854.567)	12.343
	2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	(105.512)	81.738	(207.671)	24.895
Mantidos para negociação	(105.512)	81.738	(207.671)	24.895
Títulos e valores mobiliários	(105.512)	81.738	(207.671)	24.895
Carteira própria	81.738	81.738	-	-
LFT	20.656	20.656	-	-
LTN	4.849	4.849	-	-
NTN	56.233	56.233	-	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	(187.250)	-	(207.671)	24.895
Ativos financeiros disponíveis para venda	133.966	133.966	-	-
Títulos e valores mobiliários	133.966	133.966	-	-
LFT	5.968	5.968	-	-
LTN	127.998	127.998	-	-
Ativos dados em garantia	323.893	323.893	-	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação	5.225	5.225	-	-
LTN	5.225	5.225	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	318.668	318.668	-	-
LFT	25.724	25.724	-	-
LTN	258.769	258.769	-	-
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	34.175	34.175	-	-
Total	352.347	539.597	(207.671)	24.895

s) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

t) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

u) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são reconhecidos como despesa pessoal pr -rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transa o seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquida o seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condu o dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das opera es e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco SG, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A  rea de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposi o não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e   alta administra o.

A avalia o de todos os riscos   parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos   realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolu o 4.557 que não fazem parte dessas "Demonstra es Financeiras" está disponível no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco   um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferi o e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das opera es efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados   análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de

concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

Houve uma leve deterioração nos ratings da carteira de crédito e consequente aumento da despesa de PDD no semestre devido à alteração do cenário macroeconômico a partir da segunda quinzena de março de 2020, resultado da pandemia de COVID 19, que foi capturado pelos modelos de provisionamento por perda esperada do grupo. O Banco opta por ser conservador e compara a provisão calculada pela regulamentação local da Resolução 2.682 com a provisão por perda esperada calculada pelo grupo para atender as normas de IFRS na França. Esta comparação é efetuada individualmente por cliente e a provisão é incrementada e igualada ao IFRS se essa última maior. Neste semestre houve um incremento no valor de R\$ 3.182.

II. Risco de mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco Société Générale (BSGB). São classificadas como fonte de risco de mercado as opera es sujeitas   varia o das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de a es e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as opera es existentes no BSGB são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as opera es vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensura o utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

a) Técnicas de mensura o do risco de mercado

a.1) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR   uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas   carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condi es do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manuten o das posi es" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentac o ocorrida ao longo deste período seguir  um padrão similar ao das movimentac es que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR   utilizado para a mensura o de risco como, por exemplo, das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

Abaixo o VaR da carteira de negocia o calculada.

Junho de 2020	-1.969
Dezembro de 2019	-1.246

a.2) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscila o de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida   internacionalmente conhecida, dentre outras denomina es, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de "Análise de Sensibilidade"   aplicada considerando uma oscila o de 10 basis-point (isto  , 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em rela o aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplica o do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira)

é comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

a.3) Testes de estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posi es em cenários extremos. O teste de estresse   uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econ micos que sejam desfavoráveis financeiramente às posi es da institui o.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

b) Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutua o nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situa o financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio   monitorado diariamente através da apura o da exposi o cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposi o a esse fator de risco através da atua o nos mercados de derivativos cambiais.

c) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa   o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo   o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutua es das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutua es, podendo resultar em perdas para a institui o. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido. A tabela abaixo resume a exposi o do Banco Société Générale ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor justo.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquida o de direitos e obriga es, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das opera es.

IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”)   feita de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunica o para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basileia II, com a Resolu o 4.557/17 do Banco Central do Brasil e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A estrutura inclui o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da institui o, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional é executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna.

O Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 26); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrupção (“compliance”); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela Circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstrações Financeiras.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo:

I - Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria;

II - Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidas ao comitê de gestão de capital, riscos de liquidez e mercado grupo (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

A organização mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, calculando mensalmente o consumo de capital de acordo com a resolução 4.557 do Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, estimamos anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos num cenário normal e estressado baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, sendo este estudo aprovado no comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez. Este estudo pode ser revisado a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos ratios definido pelo Bacen durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo até o desenquadramento	Ação	Fórum
Nível 1	6 meses	Definição de estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 2	3 meses	Reavaliação da estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 3	2 meses	Reavaliação da estratégia	CGCRL&M Grupo SG & Matriz
Nível 4	n/a	Operacionalização do aumento de capital	Matriz

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Disponibilidades	13.704	46.044
Aplicações no mercado aberto	4.203.375	2.240.386
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	92.369
Total	4.217.079	2.378.799

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2020	A vencer até 3		
	meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	4.403.375	-	4.403.375
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.175	-	4.175
Total	4.407.550	-	4.407.550

Em 31 de dezembro de 2019	A vencer até 3		
	meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	3.072.946	-	3.072.946
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	3.111	3.111
Total	3.072.946	3.111	3.076.057

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria:

	2020		2019	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	261.411	225.294	243.911	215.704
Títulos para negociação:	114.654	114.851	81.694	81.738
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.213	11.216	20.647	20.656
Letras do Tesouro Nacional - LTN	31.940	32.031	4.847	4.849
Notas do Tesouro Nacional - NTN	71.501	71.604	56.200	56.233
Títulos disponíveis para venda:	146.757	110.443	162.217	133.966
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	5.965	5.968
Letras do Tesouro Nacional - LTN	110.405	110.443	127.336	127.998
Debêntures	36.352	-	28.916	-
Vinculados à prestação de garantias:	416.477	433.803	310.793	323.893
Títulos para negociação:	72.086	72.916	5.219	5.225
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	49.703	49.738	5.219	5.225
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.383	23.178	-	-
Títulos disponíveis para venda:	344.391	360.887	305.574	318.668
Letras do Tesouro Nacional - LTN	277.389	293.876	245.686	258.769
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.238	32.247	25.713	25.724
Cotas de fundos de investimento	34.764	34.764	34.175	34.175
Total	677.888	659.097	554.704	539.597

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda	2020				
	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.238	32.247	9	(3)	6
Letras do Tesouro Nacional - LTN	387.794	404.319	16.525	(7.436)	9.089
Cotas de fundos de investimento	34.764	34.764	-	-	-
Debêntures	36.352	-	(36.352)	16.358	(19.994)
Total	491.148	471.330	(19.818)	8.919	(10.899)

Títulos disponíveis para venda	2019				
	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	31.678	31.692	14	(7)	7
Letras do Tesouro Nacional - LTN	373.022	386.767	13.745	(6.185)	7.560
Debêntures	28.916	-	(28.916)	13.012	(15.904)
Cotas de fundos de investimento	34.175	34.175	-	-	-
Total	467.791	452.634	(15.157)	6.820	(8.337)

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

O banco recebeu no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 em debêntures como novação de uma dívida não paga de execução de uma garantia prestada referente ao ano de 2015. Essa dívida foi baixada integralmente para prejuízo. No primeiro semestre de 2019 foi reconhecida uma perda permanente no valor de R\$ 133.514 no resultado. O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa da debênture trazidos ao valor presente. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração do banco, baseado na situação econômica da empresa, efetuou ajuste a valor de mercado negativo no patrimônio líquido de imposto de (R\$ 15.904), reconhecendo o valor da debênture a zero.

c) Composição por prazo de vencimento

	2020			2019		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses	187.767	145.206	332.973	86.963	143.009	229.972
A vencer entre 3 e 12 meses	-	32.247	32.247	-	108.167	108.167
A vencer entre 1 e 3 anos	-	293.877	293.877	-	201.458	201.458
Total	187.767	471.330	659.097	86.963	452.634	539.597

d) Composição por emissor

	2020	2019
Títulos para negociação	187.767	86.963
Públicos	187.767	86.963
Governo Federal	187.767	86.963
Títulos disponíveis para venda	471.330	452.634
Públicos	436.566	418.459
Governo Federal	436.566	418.459
Privado	34.764	34.175
Cotas de fundos de investimentos	34.764	34.175
Total	659.097	539.597

As instituições participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos derivativos por indexador:

e.1) “Swap” e NDF

Em 30 de junho de 2020

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Valor Curva a receber (pagar)	Valor Mercado a receber (pagar)
CDI x DÓLAR	252.650	(18.838)	(19.135)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	348.458	(146.819)	(159.013)
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	375.000	(36.784)	(40.604)
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	85.033	(37.897)	(38.311)
CDI x LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	150.000	(71.409)	(71.983)
CDI x PRÉ	932.690	(75.251)	(197.816)
DÓLAR (NDF)	3.329.512	278.533	253.892
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	33.110	21.360	21.861
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	33.888	268	22
DÓLAR X LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	56.475	174	(12)
EURO (NDF)	262.177	11.300	5.129
EURIBOR 3M x EUR BFIX Londres (Fluxo de caixa)	84.293	(46)	(330)
EURIBOR 3M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.164	(77)	(7.701)
EURIBOR 6M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	33.888	(23)	(1.065)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	410.487	(160)	(13.337)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	206.351	(1.037)	(14.960)
PRÉ (NDF)	2.831.213	(238.080)	(223.376)
PRÉ x CDI	630.437	147	3.686
PRÉ x DÓLAR	117.130	(56.402)	(52.176)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	29.521	(24.322)	(23.476)
PRÉ X EURO	1.746.227	(171.384)	(124.612)
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	321.513	(121.842)	(67.622)
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	297.645	(90.636)	(80.198)
PRÉ X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	325.639	(113.192)	258
Total	13.157.501	(892.417)	(850.879)

Em 31 de dezembro de 2019

Indexador	Valor de referência		
	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Valor Curva a receber (pagar)	Valor Mercado a receber (pagar)
CDI x EURIBOR 3M (Fluxo de caixa)	348.458	(16.768)	(27.448)
CDI x EURO	81.301	577	792
CDI x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	104.217	(7.686)	(7.832)
CDI x LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	465.000	(66.195)	(64.988)
CDI x PRÉ	761.811	(53.467)	(153.342)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	9.750	(75)	(101)
DÓLAR (NDF)	1.267.985	(21.697)	(28.568)
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	33.110	7.192	7.282
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	36.968	(1.246)	(561)
DÓLAR X LIBOR US\$ 6M (Fluxo de caixa)	56.475	(2.134)	(26)
EURO (NDF)	271.207	(5.143)	(5.538)
EURIBOR 3M x EUR BFIX Londres (Fluxo de caixa)	84.293	(49)	(449)
EURIBOR 3M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	264.164	(57)	(6.001)
EURIBOR 6M x Euro REUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	36.968	(26)	(686)
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	435.672	(8)	(6.967)
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	524.442	(132)	(8.506)
PRÉ (NDF)	1.345.529	6.009	13.782
PRÉ x CDI	764.483	(44)	4.928
PRÉ x DÓLAR	150.682	(9.646)	(1.878)
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	19.393	(15.383)	(5.855)
PRÉ X EURO	638.153	23.543	51.334
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	683.000	8.653	22.169
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	234.002	(3.933)	183
PRÉ X LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	331.646	600	11.545
YEN (NDF)	946	(20)	(18)
Total	8.949.655	(157.135)	(206.749)

Opções flexíveis	2020		2019	
	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)	Valor de referência	Prêmios a receber (pagar)
Compra de opção de compra	84.921	6.722	225.221	16.289
Compra de opção de venda	241.920	358	225.221	(16.289)
Venda de opção de compra	84.921	(673)	241.920	25.849
Venda de opção de venda	241.920	(358)	241.920	(6.350)
	653.682	6.049	934.282	19.499

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – "Swap", NDF e Opções

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Curto prazo	376.829	110.292
Longo prazo	74.338	93.112
Saldo registrado no ativo:	<u>451.167</u>	<u>203.404</u>
Curto prazo	(571.260)	(132.420)
Longo prazo	(724.737)	(258.234)
Saldo registrado no passivo:	<u>(1.295.997)</u>	<u>(390.654)</u>
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u>(844.830)</u>	<u>(187.250)</u>

e.2) Mercado futuro

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Ajuste a receber (pagar)</u>	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Ajuste a receber (pagar)</u>
Mercadoria				
DDI	8.243.136	21.551	7.959.766	(43.221)
DI	7.246.162	1.462	4.716.257	669
Dólar	6.591.911	(25.256)	5.269.102	4.464
Total	<u>22.081.209</u>	<u>(2.243)</u>	<u>17.945.125</u>	<u>(38.088)</u>

No Consolidado, os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais e cotas de fundos de investimentos, no montante de R\$ 328.154 (R\$ 161.799 em 31 dezembro de 2019).

Os contratos de “swap”, NDFs, opções e futuros têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2020

	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	531.244	2.505.942	2.973.428	456.209	267.775	6.734.598
NDFs	3.669.352	2.321.402	413.850	15.220	3.079	6.422.903
Futuros	12.983.434	5.068.456	3.212.839	637.465	179.015	22.081.209
Opções	71.252	94.219	488.211	-	-	653.682
Total	<u>17.255.282</u>	<u>9.990.019</u>	<u>7.088.328</u>	<u>1.108.894</u>	<u>449.869</u>	<u>35.892.392</u>

Em 31 de dezembro de 2019

	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	365.998	1.656.378	3.538.944	315.781	186.887	6.063.988
NDFs	1.555.735	1.135.455	174.006	14.243	6.228	2.885.667
Futuros	11.891.637	2.487.903	3.196.088	320.821	48.676	17.945.125
Opções	51.367	379.907	503.008	-	-	934.282
Total	<u>13.864.737</u>	<u>5.659.643</u>	<u>7.412.046</u>	<u>650.845</u>	<u>241.791</u>	<u>27.829.062</u>

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 os seguintes resultados:

	2020	2019
NDF	145.933	2.789
Swap	(1.040.729)	68.099
Mercado futuro	2.403.169	(198.499)
Opções	206	-
Total	<u>1.508.579</u>	<u>(127.611)</u>

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa das instituições é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

"Hedge" fluxo de caixa	2020		2019	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(218.570)		(212.422)	-
DDI	215.760	(145.729)	211.091	(189.926)
DI		131.521	-	166.865
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		9.560		2.619
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa		(4.302)		(1.179)
Valor líquido de impostos (nota 19.f)		<u>5.258</u>		<u>1.440</u>

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia do risco sistêmico e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	2020	2019
FI LIQUIDEZ CÂMARA BM&FBOVESPA MULTIMERCADO		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	299.779,4947942	299.779,4947942
Saldo	<u>34.764</u>	<u>34.175</u>

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Ativo – Outros créditos

	2020	2019
<u>Operação:</u>		
Prêmio de opção	265	-
Swap	-	2.139
Outros	2	-
Total	<u>267</u>	<u>2.139</u>

Passivo – Outras obrigações

	2020	2019
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	2.243	38.088
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	75	331
Total	<u>2.318</u>	<u>38.419</u>

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2020	2019
Empréstimos e títulos descontados	394.258	68.977
Financiamentos	663.958	339.226
Total das operações de crédito	<u>1.058.216</u>	<u>408.203</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 12)	1.502.369	463.895
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 12)	15.762	14.577
Outros créditos – títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 13)	592.478	320.663
Total de outros créditos	<u>2.110.609</u>	<u>799.135</u>
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 10)	<u>348.647</u>	<u>381.865</u>
Total do risco da carteira	<u><u>3.517.472</u></u>	<u><u>1.589.203</u></u>

b) Diversificação por atividade:

	2020	2019
Setor privado:		
Indústria	2.226.827	895.377
Comércio	653.004	370.839
Instituições financeiras	133.265	121.743
Pessoas físicas	114	85
Prestação de serviços	322.790	42.800
Outros serviços	180.385	155.700
Setor público		
Governos federal	1.087	2.659
Total	<u><u>3.517.472</u></u>	<u><u>1.589.203</u></u>

c) Vencimento:

	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	16.519	0,47	5.290	0,33
A vencer até 3 meses	882.637	25,09	108.501	6,84
A vencer de 3 a 12 meses	1.593.845	45,31	949.625	59,75
A vencer de 1 a 3 anos	855.082	24,31	426.199	26,82
A vencer de 3 a 5 anos	169.352	4,81	99.528	6,26
A vencer de 5 a 15 anos	37	0,00	60	0,00
Total	<u><u>3.517.472</u></u>	<u><u>100,00</u></u>	<u><u>1.589.203</u></u>	<u><u>100,00</u></u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	2020		2019	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	333.169	9,47	226.652	14,19
10 seguintes maiores devedores	2.205.426	62,70	903.583	56,56
20 seguintes maiores devedores	689.776	19,61	249.330	16,13
50 seguintes maiores devedores	195.278	5,55	134.283	8,41
100 seguintes maiores devedores	77.549	2,20	71.001	4,44
Demais devedores	16.274	0,46	4.354	0,27
Total	3.517.472	100,00	1.589.203	100,00

e) Nível de risco:

Nível	%	2020			2019		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	2.084.186	-	2.084.186	627.930	31	627.961
A	0,50%	780.304	-	780.304	458.371	-	458.371
B	1,00%	208.551	8.506	217.057	461.430	33	461.463
C	3,00%	408.351	-	408.351	17.250	1.272	18.522
D	10,00%	569	1.693	2.262	-	-	-
E	30,00%	787	1.520	2.307	71	31	102
F	50,00%	4.007	1.465	5.472	4.088	17	4.105
G	70,00%	314	-	314	186	1.985	2.171
H	100,00%	13.885	3.334	17.219	14.588	1.920	16.508
		3.500.954	16.518	3.517.472	1.583.914	5.289	1.589.203

f) Provisão por nível de risco:

Nível	2020		2019	
	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	2.084.186	-	627.961	-
A	780.304	3.901	458.370	2.292
B	217.057	2.170	461.463	4.615
C	408.351	12.251	18.522	556
D	2.262	226	-	-
E	2.307	692	102	31
F	5.472	2.736	4.106	2.053
G	314	220	2.171	1.520
H	17.219	17.219	16.508	16.508
Total	3.517.472	39.415	1.589.203	27.575

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue.

10.1 ARRENDAMENTO FINANCEIRO

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Arrendamentos a receber	375.078	409.162
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(373.636)	(407.309)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação (nota 10.1e)	239.869	269.253
Superveniência de depreciação (notas 10.1e)	105.362	110.279
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 10.1e)	30.320	30.808
Credores por antecipação de valor residual	<u>(28.346)</u>	<u>(30.328)</u>
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>348.647</u>	<u>381.865</u>

b) Composição de valor presente de arrendamento financeiro por vencimento

<u>Prazo</u>	<u>30.06.2020</u>		<u>31.12.2019</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Vencidas até 14 dias	124	0,0%	238	0,0%
Vencidas a partir de 15 dias	3.386	1,0%	3.886	0,01%
A vencer até 3 meses	60.044	17,2%	63.673	16,7%
A vencer de 3 a 12 meses	145.229	41,7%	139.698	36,6%
A vencer de 1 a 3 anos	112.915	32,4%	158.703	41,5%
A vencer de 3 a 5 anos	26.912	7,7%	15.607	4,1%
A vencer de 5 a 15 anos	37	0,0%	60	0,0%
Total	<u>348.647</u>	<u>100,0%</u>	<u>381.865</u>	<u>100,0%</u>

c) Composição de valor presente do arrendamento financeiro por atividade

	<u>30.06.2020</u>		<u>31.12.2019</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>
<u>Setor Privado</u>				
Indústria	50.940	14,6%	52.090	13,6%
Comércio	76.800	22,0%	93.132	24,4%
Instituição Financeira	110.411	31,7%	98.522	25,8%
Outros Serviços	109.409	31,4%	135.462	35,5%
<u>Setor Público</u>				
Outros Serviços	1.086	0,3%	2.659	0,7%

Total	<u>348.647</u>	<u>100,0%</u>	<u>381.865</u>	<u>100,0%</u>
-------	----------------	---------------	----------------	---------------

d) Composição do valor presente de arrendamento financeiro por maiores devedores

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Principal devedor	69.544	96.320
10 seguintes maiores devedores	193.969	192.992
20 seguintes maiores devedores	46.670	49.289
50 seguintes maiores devedores	31.896	35.351
100 seguintes maiores devedores	6.568	7.913
Total	<u>348.647</u>	<u>381.865</u>

e) Bens arrendados – Arrendamento financeiro

	Taxa anual de Depreciação (%)	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Máquinas e equipamentos	14,29%	506.278	524.986
Equipamentos de informática	28,57%	225.159	233.432
Veículos e afins	28,57%	10.152	10.152
Aeronaves	28,57%	47.337	47.337
Depreciação acumulada		<u>(549.057)</u>	<u>(546.654)</u>
Total		<u>239.869</u>	<u>269.253</u>
Superveniência de depreciação		105.362	110.279
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas		30.320	30.808

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

10.2 ARRENDAMENTO OPERACIONAL

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento operacional

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Arrendamentos a receber - setor privado	11.527	8.270
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	<u>(11.527)</u>	<u>(8.270)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>
Imobilizado de arrendamento operacional líquido de depreciação	<u>16.427</u>	<u>12.391</u>

b) Composição do arrendamento operacional por vencimento

<u>Prazo</u>	<u>30.06.2020</u>		<u>31.12.2019</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
A vencer até 3 meses	1.726	15,0%	1.262	15,3%
A vencer de 3 a 12 meses	5.256	45,6%	3.250	39,3%

A vencer 1 a 3 anos	4.545	39,4%	3.758	45,4%
Total	<u>11.527</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.270</u>	<u>100,0%</u>

c) Composição do arrendamento operacional por atividade

	30.06.2020		31.12.2019	
	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual sobre o Total</u>
Setor privado				
Outros serviços	<u>11.527</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.270</u>	<u>100,0%</u>
Total	<u>11.527</u>	<u>100,0%</u>	<u>8.270</u>	<u>100,0%</u>

RESULTADO DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Receita de arrendamento	120.096	170.975
(Insuficiência) / Superveniência de depreciação	(4.917)	(14.538)
Despesa de depreciação de bens arrendados	(69.257)	(111.234)
Outras (despesas) / receitas de arrendamento	<u>(15.091)</u>	<u>(12.316)</u>
Total	<u>30.830</u>	<u>32.889</u>

PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	Percentual de Provisão	30.06.2020				31.12.2019			
		Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão
AA	-	45.805	-	45.805	-	52.972	32	53.004	-
A	0,5%	156.700	-	156.700	783	235.095	-	235.095	1.175
B	1,0%	85.429	89	85.518	855	75.354	33	75.387	754
C	3,0%	55.119	-	55.119	1.654	10.515	174	10.689	321
D	10,0%	569	9	577	58	-	-	-	-
E	30,0%	10	60	70	21	71	31	102	31
F	50,0%	4.007	36	4.042	2.021	4.088	-	4.088	2.044
G	70,0%	314	-	314	220	186	1.985	2.171	1.520
H	100,0%	<u>8.712</u>	<u>3.316</u>	<u>12.028</u>	<u>12.028</u>	<u>7.730</u>	<u>1.870</u>	<u>9.600</u>	<u>9.600</u>
Total		<u>356.664</u>	<u>3.509</u>	<u>360.174</u>	<u>17.640</u>	<u>386.011</u>	<u>4.124</u>	<u>390.135</u>	<u>15.445</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Saldo Inicial	15.444	27.479
(Reversão) / Constituição	2.196	(8.590)

Créditos baixados para prejuízo	-	(3.444)
Saldo final	<u>17.640</u>	<u>15.445</u>
Curto prazo	9.762	7.843
Longo prazo	7.878	7.602

Em 30 de junho de 2019 o saldo de (Reversão)/Constituição foi de R\$ -5.667 e R\$ -3.444 de créditos baixados para prejuízo.

Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	<u>30.06.2019</u>
Saldo Inicial	2
(Reversão) / Constituição	(2)
Saldo final	<u>=</u>

11. PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADOS AO RISCO DE CRÉDITO

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	27.575	44.666
Constituição (Reversão)	11.891	(13.527)
Baixas	(51)	(3.564)
Saldo final	<u>39.415</u>	<u>27.575</u>
Curto prazo	24.793	12.267
Longo prazo	14.622	15.308

O aumento da despesa de PDD no semestre ocorreu devido à alteração do cenário macroeconômico a partir da segunda quinzena de março de 2020, resultado da pandemia de COVID19, com o “downgrade” do rating da carteira de crédito impactando o provisionamento para liquidação duvidosa.

12. CARTEIRA DE CÂMBIO:

	2020	2019
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	9.416.167	6.284.929
Direitos sobre venda de câmbio	6.458.914	5.638.312
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	-	(189)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	15.762	14.577
Total	<u>15.890.843</u>	<u>11.937.629</u>
Curto prazo	11.600.557	9.095.032
Longo prazo	4.290.286	2.842.597
Total	<u>15.890.843</u>	<u>11.937.629</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	7.606.512	5.861.550
Obrigações por compra de câmbio	8.209.885	6.202.328
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(1.502.369)	(463.895)
Total	<u>14.314.028</u>	<u>11.599.983</u>
Curto prazo	9.942.203	8.657.114
Longo prazo	4.371.825	2.942.869
Total	<u>14.314.028</u>	<u>11.599.983</u>

13. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2020	2019
Adiantamentos e antecipações salariais	949	363
Devedores por depósitos em garantia (*)	437.846	438.676
Impostos e contribuições a compensar	45.798	118.956
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 23 a)	2	2
Devedores diversos no exterior ligadas - partes relacionadas (**)	36.380	13.996
Devedores diversos no País	391	289
Outros	2.084	985
Total	<u>523.450</u>	<u>573.267</u>
Curto prazo	459.014	313.098
Longo prazo	64.436	260.169
Total	<u>523.450</u>	<u>573.267</u>

(*) Refere-se, principalmente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de “Box quatro pontas”, totalizando R\$ 61.083 em 30 junho de 2020 (R\$ 60.485 em 31 de dezembro de 2019), pedidos de compensação de IRRF no montante de R\$ 39.262 (R\$ 38.723 em 2019), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 143.153 (R\$ 140.111 em 2019), processos trabalhistas e cíveis, oriundos do Banco Cacique, no montante de R\$ 46.832 (R\$ 58.419 em 2019) e processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 106.121 (R\$ 104.607 em 2019).

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 23 a).

(***) Refere-se a aquisição de créditos cedidos sem coobrigação.

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2020	2019
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	547	77.133
Impostos e contribuições a recolher	6.129	4.398
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22 e)	132.696	76.410
Outros	1	-
Total	<u>139.373</u>	<u>157.941</u>
Curto prazo	32.111	95.685
Longo prazo	107.262	62.256
Total	<u>139.373</u>	<u>157.941</u>

c) Outras obrigações - diversas:

	2020	2019
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15. i) (**)	203.236	200.633
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15. i)	67.127	87.070
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15. i)	25.263	24.101
Provisão com despesas de pessoal	13.719	18.670
Provisão para despesas de publicação	110	167
Provisão para pagamentos a fornecedores	416	1.399
Provisão para pagamentos a fornecedores de bens objeto de arrendamento	-	531
Provisão para despesas de advogados	61	56
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 23 a)	14.946	16.573
Provisão para despesas de auditoria	629	534
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	693	693
Provisão para garantias prestadas (*)	46	73
Fundo de reserva de financiamento	47.582	40.561
Fundo garantidor de crédito	8	25
Prov adicional p/perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.370	4.307
Outras	527	993
Total	<u>377.733</u>	<u>396.386</u>
Curto prazo	70.346	70.043
Longo prazo	307.387	326.343
Total	<u>377.733</u>	<u>396.386</u>

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 30 de junho de 2020 R\$ 303.337 (R\$ 147.608 em 31 de dezembro de 2019).

14. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços de intermediação	1.598	1.635
Total	<u>1.598</u>	<u>1.635</u>
Curto prazo	797	754
Longo prazo	801	881
Total	<u>1.598</u>	<u>1.635</u>

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo dos contratos em carteira.

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

As instituições provisionam integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Riscos fiscais (nota explicativa nº 13 c)	203.236	200.633
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 c)	67.127	87.070
Riscos cíveis (nota explicativa nº 13 c)	25.263	24.101
Total	<u>295.626</u>	<u>311.804</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2020

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	200.633	87.070	24.101	311.804
Constituição (Nota Explicativa nº 25)	1.575	150	1.507	3.232
Baixas	-	-	-	-
Reversão (Nota Explicativa nº 24*)	(935)	(21.146)	(418)	(22.499)
Atualização (Nota Explicativa nº 25)	1.963	1.053	73	3.089
Saldo final	<u>203.236</u>	<u>67.127</u>	<u>25.263</u>	<u>295.626</u>

Devedores por depósitos em garantia (Nota explicativa nº 13 a)	388.789	40.239	8.818	437.846
---	---------	--------	-------	---------

Em 31 de dezembro de 2019

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	194.314	143.038	28.043	365.395
Constituição (Nota Explicativa nº 25)	-	1.354	1.942	3.296
Baixas	-	-	-	-
Reversão (Nota Explicativa nº 24*)	-	(67.731)	(6.095)	(73.826)
Atualização (Nota Explicativa nº 25)	6.319	10.409	211	16.939
Saldo final	<u>200.633</u>	<u>87.070</u>	<u>24.101</u>	<u>311.804</u>

Devedores por depósitos em garantia (Nota explicativa nº 13 a)	382.586	47.618	8.472	438.676
---	---------	--------	-------	---------

(*) Nota explicativa nº 24. Em riscos trabalhistas, houveram reversões de provisões de aproximadamente R\$ 21.000 em 2020 e de R\$ 65.000 em 2019, proveniente de acordos e decisões referente a processos oriundos da incorporada Banco Cacique S/A.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2020

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	203.236	203.236	68.642	67.127	25.263	25.263
Perdas possíveis (b)	286.339	-	277.826	-	3.735	-
Perdas remotas	58.637	-	2.233	-	591	-
Total	548.212	203.236	348.701	67.127	29.589	25.263

Em 31 de dezembro de 2019

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	200.633	200.633	109.166	87.070	24.101	24.101
Perdas possíveis (b)	282.393	-	339.618	-	3.903	-
Perdas remotas	59.210	-	27.608	-	4.497	-
Total	542.236	200.633	476.392	87.070	32.501	24.101

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 30 de junho de 2020 totalizou R\$ 911 (R\$ 908 em 2019);
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 30 de junho de 2020 totalizou R\$ 129.088 (R\$ 126.273 em 2019);
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 30 de junho de 2020, totalizou R\$ 43.800 (R\$ 43.615 em 2019);
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 30 de junho de 2020 totalizou R\$ 8.684 (R\$ 8.647 em 2019)
- Em 30 junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provisão atualizado em 30 junho de 2020 é de R\$ 19.190 (R\$ 18.745 em 2019).

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 30 de junho de 2020 totalizou R\$ 39.262 (R\$ 38.723 em 2019);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 30 de junho de 2020 totalizou R\$ 51.992 (R\$ 51.458 em 2019)
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 30 de junho de 2020 totalizou R\$ 126.294, (R\$ 124.590 em 2019);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017 - em 30 de junho de 2020 totalizou R\$ 31.684 (R\$ 31.402 em 2019).

Trabalhistas:

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

SG Equipment Finance S.A.- Arrendamento Mercantil

Informações das controladas:	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Capital social	134.398	134.398
Ordinárias	2.448.501	2.448.501
Preferenciais	2.448.501	2.448.501
Participações - %	100	100
Patrimônio líquido	131.713	135.119
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(3.406)	19.961
 Movimentação dos investimentos:		
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(3.406)</u>	<u>19.961</u>
Saldos no final do semestre	<u>131.713</u>	<u>135.119</u>

17. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Sem vencimento	11.065	5.965	-	-	11.065	5.965
Até 3 meses	-	-	13.476	60	13.476	60
De 3 meses a 1 ano	-	-	39.599	72.718	40.230	72.718
De 1 a 3 anos	-	-	3.366	4.886	86.230	93.461
Total	11.065	5.965	56.441	77.664	151.001	172.204

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Em 30 de junho de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	A vencer até 3 meses	Total	A vencer até 3 meses	Total
	Carteira de terceiros	44.995	44.995	24.996
Carteira de livre movimentação	39.264	39.264	32.474	32.474
Total	84.259	84.259	57.470	57.470

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2020		2019	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações por empréstimos no País	2.045	(299)	3.126	4.190
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	1.655.404	(211.638)	455.356	(25.270)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	3.168.392	(1.400.917)	2.214.619	(369.508)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	1.357.185	(272.263)	626.006	76.452
Subtotal	<u>6.183.026</u>	<u>(1.885.117)</u>	<u>3.299.107</u>	<u>(314.136)</u>
Repasse do País				
Finame	28	(3)	187	(26)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasse no exterior (d)	-	(2)	-	(48)
Total	<u>6.183.054</u>	<u>(1.885.122)</u>	<u>3.299.294</u>	<u>(314.210)</u>
Curto prazo	5.658.557		2.987.794	
Longo prazo	524.497		311.500	
Total	<u>6.183.054</u>		<u>3.299.294</u>	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York com vencimentos até 2020 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta es e financiamentos de importa es, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 5,17% ao ano em 2020 (3,31% ao ano em 2019).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2020, sujeitos   varia o cambial e juros de até 5,46% ao ano em 2020 (3,31% ao ano em 2019).

(c) São representados por obriga es em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2021, sujeitos   varia o cambial e juros de até 5,82% ao ano em 2020 (3,93% ao ano em 31 de dezembro de 2019).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste favorável de R\$ 4.343 (31 de dezembro de 2019 favorável em R\$ 3.944).

A Controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Soci  t   G  n  rale – Paris, com vencimentos at   2022, sujeitos   variação cambial e juros de at   4,51% a.a. e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

Em 24 de novembro de 2017, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

20. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2020	2019
Descontos obtidos a diferir (*)	3.755	5.235
Comissão de opera�o em moeda estrangeira	1.428	1.760
Comissão de Indica�o (Estrutura�o)	5.354	2.400
Total	<u>10.537</u>	<u>9.395</u>

(*) refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de opera es de arrendamento mercantil.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por a es, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	2020	2019
A�es ordinárias	508.474	508.474
A�es preferenciais	508.474	508.474
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto das institui es,   assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administra o, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribui o de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

Conforme previsto no estatuto da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, ao Banco,  nico acionista   assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi provisionado no Banco dividendos a receber no montante de R\$ 4.307 que serão pagos no primeiro semestre de 2020.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 26.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76. Para o semestre de 2020 o Banco não teve constituição de reserva legal devido prejuízo acumulado de anos anteriores.

e) Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda

	<u>jun/20</u>	<u>dez/19</u>	<u>jun/19</u>
Saldo no início do semestre	(8.337)	(5.258)	9.448
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	(4.658)	(6.396)	(24.510)
Imposto sobre ajuste a valor justo (45% em junho e 40% em dezembro) (Resultado DRA)	2.096	3.317	9.804
Saldo no final do semestre (nota explicativa 7b)	<u>(10.899)</u>	<u>(8.337)</u>	<u>(5.258)</u>

f) Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de hedge, conforme descrito na nota explicativa nº 7.b - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - hedge.

	<u>jun/20</u>	<u>dez/19</u>	<u>jun/19</u>
Saldo no início do semestre	1.440	(80)	27
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	6.942	2.753	(179)
Imposto sobre ajuste a valor justo (45% em junho e 40% em dezembro) (Resultado DRA)	(3.124)	(1.233)	72
Saldo no final do semestre (nota explicativa 7 e.3)	<u>5.258</u>	<u>1.440</u>	<u>(80)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	67.008	186.437	67.008	186.437
Alíquota vigente	25%	25%	20 e 15% (*)	15%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(16.753)	(46.610)	(13.606)	(28.714)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Ajustes de preços de transferência para exterior	-	(1.445)	-	(867)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(4.258)	(19.676)	(3.406)	(11.805)
-Incentivo fiscal	(20)	(528)	(27)	(311)
-Outras despesas não dedutíveis	(154)	(1.718)	(124)	(2.543)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	4.045	13.397	3.243	8.037
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	41.190	(11.989)	32.983	(7.194)
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(137)	(56)	(109)	(34)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	(2.973)	42.637	(2.268)	25.582
-Provisão para publicação de balanço	8	9	8	6
-Provisão Impairment de Ativo	-	(33.379)	-	(20.027)
-Provisão para Transfer Price Agreements	404	1.608	323	964
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	1.193	3.689	954	2.213
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	1.580	152	1.229	89
-Honorários advocatícios	(1)	106	(1)	63
-Provisão Garantias	-	(34)	-	(20)
-Outras diferenças temporárias	(2.056)	(14.576)	(664)	18
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	246	17.601	-	7.474
prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	(22.861)	-	(18.535)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no período	(547)	(50.812)	-	(27.069)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(5.434)	11.484	(5.331)	(6.821)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	-	(2.364)	-	(1.001)
Total de imposto de renda e contribuição social	(5.981)	(41.692)	(5.331)	(34.891)

(*) provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até fevereiro de 2020, considerando a alíquota de 15%. A partir do dia 1º de março de 2020 a alíquota da contribuição foi majorada para 20%, para os Bancos, conforme a Emenda Constitucional nº 103, publicada em 12 de novembro de 2019. Para as empresas de arrendamento mercantil alíquota da contribuição social prevalece em 15%.

b) O Grupo possui prejuízos fiscais em 30 de junho de 2020 de R\$ 62.609 (R\$ 63.591 em dezembro 2019) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 515.575 (R\$ 578.286 em 2019) , sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20% referente ao Banco e 15% referente a Societe Generale Equipment Finance) diferidos no montante de R\$ 246.146 (R\$ 274.359 em 2019) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	2.020	2.019
Prejuízo fiscal e base negativa	91.442	-
Diferenças temporárias	-	-
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	36.351	28.916
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	36.351	28.916
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	-
Total	127.793	28.916
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	31.948	7.229

Ativo - Contribuição social

Prejuízo fiscal e base negativa	91.442	-
Diferenças temporárias	-	-
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01):	36.351	28.916
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	36.351	28.916
Ajuste a valor de Mercado-"hedge-cash flow hedge"	-	-
Total	127.793	28.916
Alíquota de contribuição social (*)	20%	20%
Crédito tributário constituído	25.559	5.783

Total crédito tributário constituído (nota explicativa nº 13 a)

57.507	13.012
--------	--------

(*) Em dezembro de 2019 foi considerada a alíquota vigente no momento da realização dos créditos tributários, em adequação a emenda constitucional nº113.

d) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	13.012	-
Adições	<u>44.495</u>	<u>13.012</u>
Saldo final	<u><u>57.507</u></u>	<u><u>13.012</u></u>

e) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	76.410	80.020
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	50.996	-
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	3.123	1.161
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos - disponiveis para venda	1.250	(108)
Receitas com atualização de depósitos judiciais	2.146	10.509
Realização de superveniência de depreciação	<u>(1.229)</u>	<u>(15.172)</u>
Saldo final (Nota explicativa nº 13 b)	<u><u>132.696</u></u>	<u><u>76.410</u></u>

f) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

	<u>Valor contábil</u>	
	<u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>	
<u>Ano</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	15.267	-
2022	15.267	-
2023	10.615	-
2040	<u>16.358</u>	<u>13.012</u>
Total	<u><u>57.507</u></u>	<u><u>13.012</u></u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 40.747 em 30 de junho de 2020 (R\$ 2.787 em 31 de dezembro de 2019).

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2020	2019	2020	2019
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Credores diversos no exterior (**)	(21)	(33)	-	-
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	10.078	24.151	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	(1.669.966)	-	-	-
Société Générale - Paris:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	-	20.194	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	36.380	13.996	2.894	19.449
Credores diversos no exterior (**)	(14.925)	(16.540)	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	(3.153.830)	(2.214.619)	(33.288)	(473.952)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.262.448)	(478.914)	(14.301)	(123.813)
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	-	19
Depósitos à vista	(21)	(18)	-	-
Depósitos a prazo	(2.762)	(2.713)	(49)	(157)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(353)	(26)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	355.765	38.937	59.280	94.192
Pascal FIM investimento no exterior				
Instrumentos financeiros derivativos	(39.153)	(62.958)	43.090	813
Saint Germain fundo de investimento multimercado				
Instrumentos financeiros derivativos	39.188	22.756	11.311	30.475
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	10.078	44.345	-	-
Depósitos à vista	(374)	(44)	-	-
Depósitos a prazo	(2.762)	(2.713)	(49)	(157)
Devedores diversos no exterior (*)	36.380	13.996	2.894	19.449
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	-	19
Obrigações em moeda estrangeira	(4.823.796)	(2.214.619)	(33.288)	(473.952)
Credores diversos no exterior (**)	(14.946)	(16.573)	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.262.448)	(512.189)	(22.470)	(135.324)
Instrumentos financeiros derivativos	355.800	(1.265)	113.681	125.480
	(5.702.066)	(2.689.060)	60.768	(464.485)

(*) Nota explicativa nº 13 a

(**) Nota explicativa nº 13 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Proventos	5.586	5.305
Contribuição ao INSS	1.359	1.164
Total	<u>6.945</u>	<u>6.469</u>

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, as instituições não concedem empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	<u>2020</u>			<u>2019</u>		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>

24 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas de água, energia e gás	35	15
Despesas de material	84	77
Despesas de serviços técnicos especializados	5.513	6.668
Despesas de processamento de dados	3.948	3.834
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.827	7.269
Despesas de aluguéis	1.960	1.861
Despesas de serviços de terceiros	1.504	1.006
Despesas de manutenção e conservação de bens	289	424
Despesas de comunicações	593	690
Despesas de contribuições filantrópicas	520	422
Despesas de serviços de vigilância e segurança	70	66
Despesas de arrendamento	44	15
Despesas de seguros	22	3
Despesas com entidades de classe	511	501
Despesas de propaganda e publicidade	70	74
Despesas de publicações	76	39
Despesas de transportes	93	171
Despesas de promoções e relações públicas	29	82
Despesas de viagem	192	599
Despesas de depreciação e amortização	770	739
Despesas com auditoria	290	309
Despesas com custas judiciais	3.161	9.776
Despesas com prestação de serviços corporativos - exterior	3	2
Despesas com consultoria jurídica	1.448	2.406
Outras	225	523
Total	<u><u>28.277</u></u>	<u><u>37.571</u></u>

25 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Reversão de despesas da matriz	5.648	-
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	935	-
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	21.146	41.681
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	418	2.604
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	721	947
Atualização de depósitos judiciais	4.650	7.469
Atualização de depósitos trabalhistas	592	1.252
Atualização de depósitos cíveis	117	211
Atualização de contingências fiscais	89	142
Juros e multas	1.189	532
Reversão de provisão para despesa com pessoal	1.556	1.701
Reversão de provisão despesas de publicação	36	66
Reversão de provisão de auditoria externa	63	274
Receitas pós incorporação de controlada	585	1.006
Prestação de serviços para o exterior	-	1.280
Levantamento depósitos judiciais	-	771
Variação cambial	56	520
Remuneração de serviços prestados	-	24
Reversão de provisão com serviços de consultoria	-	90
Rateio de serviços do exterior	16	-
Receita sobre depósito judicial	38	10
Reversão de garantias prestadas	149	72
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	2.330
Outras receitas operacionais	80	36
Total	<u>38.084</u>	<u>63.018</u>

26 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão de despesas com a matriz	4.067	7.482
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	1.575	-
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 15 ii)	1.963	3.361
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	150	1.073
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 15 ii)	1.053	200
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	1.508	387
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 15 ii)	73	110
Provisão para pagamento de gratificação	867	1.456
Provisão para despesas com publicação	42	40
Descontos concedidos	111	49
Variação cambial	7.274	3.363
Provisão para despesas com auditoria	213	207
Provisão para Garantias prestadas	121	7
Provisão para PLR	-	778
Provisão para serviços técnicos especializados	61	-
Outras	2	45
Total	<u>19.080</u>	<u>18.558</u>

27 LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia II

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam:

- Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13- definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE);
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - definem a Parcela de RWA;
- Circular nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAjur-1 a RWAjur-4), Ações (RWAacs), “Commodities” (RWAcom) e Câmbio (RWAcam);
- Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad).

Apuração dos limites de Basiléia II – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2020	2019
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.463.021	1.446.392
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	441.925	280.060
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	11.502	15.171
Valor da margem		1.009.594	1.151.161

• Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2020		2019	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	349.523	24%	174.353	12%
RWACAM	8.811	1%	10.277	1%
RWAJUR1	23.639	2%	43.978	3%
RWAJUR2	19.673	1%	11.048	1%
RWAJUR3	4.493	0%	1.203	0%
PACS	-	0%	-	0%
RWAOPAD	35.786	2%	39.200	3%

• Extrapolação

	2020	2019
Índice alcançado	26,48%	41,32%

28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posi o e moviment o em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

29 OUTRAS INFORMAÇOES

a. Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribui o definida, o qual   administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

	2020	2019
Plano de ações livres	2.559	2.294
Total	<u>2.559</u>	<u>2.294</u>
Saldo no início do semestre	2.559	2.294
Constituição	<u>796</u>	<u>80</u>
Saldo no fim do semestre	<u>3.355</u>	<u>2.374</u>

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2020, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 418 (R\$ 462 em 2019) e pelos funcionários R\$ 535 (R\$ 545 em 2019).

30 RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	2020	2019
Lucro líquido	55.696	123.777
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do lucro básico e diluído por ação		
Quantidade média de ações		
Ordinárias	508.474	508.474
Preferenciais	508.474	508.474
Lucro por ação em R\$ (reais)		
Ordinárias	0,05	0,12
Preferenciais	0,05	0,12
Lucro atribuído por classe de ação		
Ordinárias	27.848	61.889
Preferenciais	27.848	61.889